

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

No país, o Banco Santander considera que os infortúnios gerados pela COVID-19 desviaram o foco das discussões sobre reformas estruturais para os debates sobre medidas de combate aos impactos econômicos provocados pela pandemia, principalmente para ações direcionadas às camadas mais pobres da população e aos segmentos empresariais mais expostos aos infortúnios causados pelas políticas de distanciamento social. Na visão do Santander, tais medidas temporárias foram imprescindíveis para amenizar o impacto da crise, porém resultaram em aumento substancial das despesas públicas ao longo de 2020, e, por conseguinte, provocarão alta significativa no nível de endividamento do governo brasileiro. Este quadro, avalia o Banco, só reforça a necessidade de retomada das discussões sobre reformas estruturais após a superação da pandemia para evitar que a trajetória do endividamento público brasileiro se torne insustentável.

Após uma onda inicial generalizada de revisões para baixo nas projeções do PIB em 2020 frente às expectativas do primeiro trimestre, o Banco observou os estímulos concedidos provocarem recuperação forte em alguns segmentos da economia brasileira - notadamente, no comércio varejista. Esta reação mais intensa do que muitos imaginavam fez com que os agentes econômicos passassem a projetar quedas menos intensas para o PIB brasileiro neste ano e esta tendência se manteve nos últimos meses. Enquanto a projeção mediana indicava retração de 6,8% para o PIB brasileiro ao final do segundo trimestre de 2020, ao final do quarto trimestre, a expectativa mediana foi de que a economia brasileira registrará recuo de 4,36% em 2020. O Banco julga que, embora menos intensa, a perspectiva de forte contração do PIB brasileiro em 2020, seguida de recuperação gradual nos anos posteriores - a mediana das expectativas para o crescimento do PIB em 2021 e 2022 eram de 3,4% e 2,5%, respectivamente, ao final do quarto trimestre - continuarão justificando a percepção geral de que a variação do IPCA convergirá para as metas estipuladas no horizonte relevante para a política monetária, a despeito de haver encerrado 2020 acima do objetivo estabelecido para o ano na esteira de choques temporários - a variação anual do IPCA em 2020 atingiu 4,5%, enquanto a meta era de 4,0%. A combinação de perspectivas de recuperação econômica gradual e inflação compatível com as metas estabelecidas é o que o Santander entende haver produzido espaço ao Banco Central do Brasil para haver mantido a taxa básica de juros no patamar mínimo histórico do país (2,00% a.a.) no encerramento de 2020, além de sinalizar a permanência da taxa Selic neste nível durante boa parte do ano de 2021.

Na visão do Banco, o quadro de crescimento lento e endividamento público elevado é algo que tem mantido os investidores internacionais ainda reacios quanto à aquisição de ativos financeiros brasileiros. Entretanto, esta postura não foi obstáculo para que as trajetórias registradas tanto pelo CDS de 5 anos do Brasil quanto da taxa de câmbio apresentassem desempenho favorável no quarto trimestre. No primeiro

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Susep.

Mercado de Atuação
A Santander Capitalização, instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de Capitalização sendo suas operações voltadas em três modalidades de produto de capitalização, quais sejam tradicional, instrumento de garantia e incentivo.

Desempenho Econômico - Financeiro
Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$366 milhões (31/12/2019 - R\$341 milhões). O lucro líquido apresentado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$273 milhões (31/12/2019 - R\$153 milhões) e provisões técnicas de capitalização de R\$3,9 bilhões (31/12/2019 - R\$2,6 bilhões).

Conjuntura Econômica
O Banco Santander (Controlador indireto da Santander Capitalização) avalia que, no quarto trimestre de 2020, o cenário global continuou marcado pelos desdobramentos da pandemia do COVID-19, com os primeiros países afetados enfrentando a chamada "segunda onda" de contaminação na esteira do arbrandamento de políticas de distanciamento social. Entretanto, o Banco destaca também a rápida evolução no processo de desenvolvimento de vacinas contra a doença, com alguns países já tendo iniciado um programa de imunização de seus cidadãos e vários formulando a mesma iniciativa para os primeiros meses de 2021. A despeito das incertezas trazidas pela pandemia, os pacotes de estímulos fiscais e monetários implementados pela grande maioria das economias continuaram a fazer com que o Banco testemunhasse a divulgação de indicadores de atividade econômica sinalizando continuidade da recuperação de retomada após a forte retração observada no segundo trimestre de 2020. O Santander avalia que estes estímulos fiscais e monetários continuaram ajudando a dar suporte aos preços dos ativos financeiros. Por exemplo, o índice norte-americano S&P500 que havia recuado de 3,2 mil pontos para 2,5 mil pontos entre dezembro de 2019 e março de 2020, avançou para aproximadamente 3,1 mil pontos ao final de junho, encerrou o terceiro trimestre próximo a 3,4 mil pontos e avançou para patamares próximos a 3,8 mil pontos no quarto trimestre (alta de 11,7% nos últimos três meses de 2020).

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Notas Explicativas	31/12/2020		31/12/2019		Notas Explicativas	31.12.2020		31/12/2019	
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil		R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Ativo Circulante Disponível	48.21.c								
Caixa e Bancos		13.025	18.113			116.172	71.235		
Aplicações		930.542	35.137						
Títulos de Renda Fixa	5.a	930.542	35.137						
Títulos e Créditos a Receber		1.505	313						
Títulos e Créditos a Receber	21.c	85	79						
Créditos Tributários e Previdenciários	68.20.a	1.356	-						
Outros Créditos		64	234						
Ativo não Circulante		3.476.842	3.088.730						
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.342.644	2.954.321						
Aplicações		3.337.323	2.927.236						
Títulos de Renda Fixa	5.a	3.337.323	2.927.236						
Outras Aplicações	5.d	8.326	8.326						
(-)Redução do Valor Recuperável	5.d	(8.326)	(8.326)						
Títulos e Créditos a Receber		5.321	27.085						
Créditos Tributários e Previdenciários	68.20.a	2.495	1.626						
Depósitos Judiciais	7	2.826	25.459						
Permanente		134.198	134.409						
Investimentos		1.077	1.288						
Imóveis Destinados à Renda		1.247	1.288						
Outros Investimentos		1.077	1.077						
(-)Redução do Valor Recuperável		(1.247)	(1.077)						
Imobilizado		-	-						
Bens Móveis		1	3						
(-) Depreciação		(1)	(3)						
Intangível	8	133.121	133.121						
Outros Intangíveis		133.121	133.121						
Agio de Incorporação		133.121	133.121						
Total do Ativo		4.421.914	3.142.293						

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Notas Explicativas	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	140.900	28.180	129.177	21.217	319.474
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários				35.908	35.908
Dividendos com Base em Reservas Estatutárias	14.b		(129.000)	-	(129.000)
Lucro Líquido				153.296	153.296
Destinações:					
Dividendos	14.b			(33.324)	(33.324)
Juros sobre Capital Próprio	14.b			(5.000)	(5.000)
Reservas Estatutárias	14.b&c			(114.972)	(114.972)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	140.900	28.180	115.149	57.125	341.354
Mutações no Exercício					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	140.900	28.180	115.149	57.125	341.354
Aumento de Capital	14.a	85.149	(85.149)	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários				12.486	12.486
Dividendos com Base em Reservas Estatutárias	14.b		(30.000)	-	(30.000)
Lucro Líquido				273.073	273.073
Destinações:					
Dividendos Intercalares	14.b			(231.000)	(231.000)
Reservas Estatutárias	14.b&c			(42.073)	(42.073)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	226.049	41.824	28.419	69.611	365.913
Mutações no Exercício					
		85.149	13.654	(86.730)	12.486

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização), subsidiária integral da Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) (Nota 21.b), é uma sociedade por ações com duração por prazo indeterminado, com sede social na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235, 22º Andar - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP integrante do Conglomerado Santander e que tem como objeto social a instituição e administração de planos de capitalização, pagos pelos portadores de seus títulos, visando a constituição de capitais garantidos, ao fim do prazo fixado no título respectivo, de acordo com a legislação vigente e notas técnicas aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). A Santander Capitalização atua em três modalidades de produto de capitalização, quais sejam tradicional, popular e incentivos. As operações da Santander Capitalização são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander). Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Santander Capitalização foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, que entrou em vigor a partir da data de sua publicação no dia 11 de agosto de 2015, que instituiu o novo plano de contas, a possibilidade de escolha entre o método direto ou indireto do fluxo de caixa e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

A Diretoria executiva autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, na reunião realizada em 24 de fevereiro de 2021.

3. Normas e Interpretações que Entrarão em Vigor após 31 de dezembro de 2020
Na data de preparação destas demonstrações financeiras não foram adotados ou aprovados novos pronunciamentos e interpretações pela Susep que tenham impactos na Santander Capitalização.

4. Estimativas Contábeis
Os resultados e a determinação do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos Administradores da Santander Capitalização na elaboração das demonstrações financeiras. A Santander Capitalização faz estimativas e utiliza premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos próximos exercícios. Todas as estimativas e assunções requeridas são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável e se referem, basicamente, aos seguintes fatores:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são discutidos na Nota 3-e;
 - Redução ao valor recuperável de ativos - contida para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos a receber são discutidos na Nota 3-f;
 - Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não financeiros (incluindo ativos tangíveis e ágios) são discutidos na Nota 3-i e j;
 - A vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis são discutidos na Nota 3-i e j;
 - Provisões, ativos e passivos contingentes são discutidos na Nota 3-k;
 - Provisões técnicas de capitalização são discutidos na Nota 3-l; e
 - Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são discutidos na Nota 3-n.
- As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:
- Mudanças nas taxas de juros;
 - Mudanças nos índices de inflação;
 - Regulação governamental e questões fiscais;
 - Processos ou disputas judiciais e administrativas adversas;
 - Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de seguros e previdência;
 - Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
 - Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Auração do Resultado
O regime contábil de auração do resultado é o de competência exceto com relação as receitas de capitalização conforme Nota 3.g.

b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Capitalização.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa
Os fins de utilização dos títulos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Avaliação de Ativos e Passivos Financeiros
Definições e Classificação dos Instrumentos Financeiros

1. Definições
"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a Santander Capitalização e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade. "Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

ii. Classificação dos Ativos e Passivos Financeiros para fins de Mensuração
Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como "outros valores e bens" ou se forem referentes à "caixa e equivalentes de caixa" e "participações societárias", os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado mantidos para negociação: essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros híbridos não mantidos para negociação e totalmente mensurados ao valor justo, com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (divergências contábeis) derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros, ou ambos, que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento.

Estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema integrado e consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos

financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

- Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.
- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data de balanço.
- Investimentos mantidos até o vencimento: os títulos e valores mobiliários, para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, são contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a existência desses títulos. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

Os passivos financeiros da Santander Capitalização são incluídos para fins de mensuração na seguinte categoria:

- Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento. Correspondem, basicamente, a dividendos e juros sobre capital próprio e provisões matemáticas para resgate - títulos de capitalização.

iii. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros e Reconhecimento das Mudanças do Valor Justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são avaliados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de posteriorização que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em uma transação aberta, transparente e significativa ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associadas a ele.

Os "empréstimos e recebíveis" e "investimentos mantidos até o vencimento" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança.

"Taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento extrapolado em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de taxas específicas ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, fazem parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima da Santander Capitalização ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras.

iv. Técnicas de Avaliação

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2020 e 2019, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pela Santander Capitalização para apurar seu valor justo:

Ativos Financeiros	31/12/2020		31/12/2019	
	Cotações Públicas-Preço em Mercados	Total	Cotações Públicas-Preço em Mercados	Total
Ativos Financeiros				
Débitos em Renda Fixa				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	959.998	959.998	602.101	602.101
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.072.388	2.072.388	1.515.717	1.515.717
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	1.235.479	1.235.479	844.555	844.555
Total	4.267.865	4.267.865	2.962.373	2.962.373

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem títulos da dívida pública, títulos de dívida privada, ativos securitizados, ações, posições vendidas e títulos de renda fixa emitidos.

Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência (Nível 2). Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Santander Capitalização não possui instrumentos financeiros classificados como Nível 2.

O Nível 3 registra ativos ou passivos financeiros para os quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração do valor justo. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Santander Capitalização não possui instrumentos financeiros classificados como Nível 3.

Ativos Financeiros não Recuperáveis

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que:

- Ocasionalmente um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida.
- Significamente que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio.

Como regra geral, sempre que os eventos acima forem observados

cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados e a provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos. Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

Taxa e Carregamento dos Principais Títulos

Processo SUSEP	Tipo	Carregamento	Médio
15414.004261/2008-70	PM		11,17%
15414.901448/2019-76	PU		5,78%
15414.900403/2018-01	PM		9,97%

m) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As empresas de capitalização podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas com tributos.

n) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e ou a liquidação do passivo. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 20.a, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e Bancos	13.025	18.113	5.436
Total	13.025	18.113	5.436

As informações relativas a 31 de dezembro de 2018 não demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações

a) Composição por Classificação

Ativos Financeiros	Taxa de Juros Contratada - %	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado no:		Valor Contábil	% do Total
			Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido		
Disponíveis para Venda						
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6,5 a.a. PRE	960.446	(448)	959.998	22,5%	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6,99% a 11,50% a.a. PRE	2.009.724	62.664	2.072.388	48,6%	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	1.181.675	53.804	1.235.479	29,0%		
Total	8,99% a 11,84% a.a. PRE	4.151.845	116.020	4.267.865	100,0%	

Ativos Financeiros	Taxa de Juros Contratada - %	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado no:		Valor Contábil	% do Total
			Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido		
Disponíveis para Venda						
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6,5 a.a. PRE	602.111	(10)	602.101	20,3%	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6,99% a 11,50% a.a. PRE	1.467.221	48.496	1.515.717	51,2%	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	8,99% a 11,84% a.a. PRE	793.191	51.364	844.555	28,5%	
Total	8,99% a 11,84% a.a. PRE	2.862.523	99.850	2.962.373	100,0%	

b) Composição por Prazo de Vencimento

Ativos Financeiros	Até 1 Ano	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Disponíveis para Venda				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	29.446	928.443	2.109	959.998
Letras do Tesouro Nacional - LTN	693.789	1.027.665	350.924	2.072.388
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	207.307	275.087	1.235.479	1.717.873
Total	930.542	2.231.195	1.106.128	4.267.865

Os títulos públicos de renda fixa foram avaliados a mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Abimex).

c) Movimentação das Aplicações

Ativos Financeiros	Saldo em 31/12/2019	Aplicações	Resgates	Ajustes ao Valor de Mercado no:		Saldo em 31/12/2020
				Resultado Financeiro (Nota 18)	Patrimônio Líquido	
Disponíveis para Venda						
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	602.101	1.765.959 (1.427.903)	20.280	(439)	959.998	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.515.717	433.799	- 108.704	14.168	2.072.388	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	844.555	389.135 (84.010)	83.360	2.439	1.235.479	
Total	2.962.373	2.588.893 (1.511.913)	212.344	16.168	4.267.865	

d) Outras Aplicações

As outras aplicações registradas no ativo realizável a longo prazo, referem-se a aplicações em incentivos fiscais. O valor em 31 de dezembro de 2020 é de R\$8.326 (31/12/2019 - R\$8.326), para as quais foram constituídas perdas ao valor recuperável no valor de R\$8.326 (31/12/2019 - R\$8.326).

e) Garantia das Provisões Técnicas

As seguintes parcelas de ativos estão retidas e/ou vinculadas em garantia às provisões técnicas:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos de Renda Fixa	4.267.865	2.962.373
Total de Cobertura	4.267.865	2.962.373
Provisões Técnicas (Nota 13)	(3.885.183)	(2.620.900)
Total de Excedente	382.682	341.473

6. Créditos Tributários e Previdenciários

	31/12/2020	31/12/2019
Créditos Tributários (Nota 20.a)	2.495	1.626
Contribuição Social a Compensar	1.356	-
Total	3.851	1.626

7. Depósitos Judiciais

	31/12/2020	31/12/2019
Fiscais	2.793	25.394
Trabalhistas	20	52
Cíveis	13	13
Total	2.826	25.459

8. Intangível

	31/12/2020	31/12/2019
Ágio na aquisição da Real Capitalização	133.121	133.121
Total	133.121	133.121

A base utilizada para o teste de recuperabilidade do ágio na aquisição da Real Capitalização S.A. é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, conforme demonstrado no quadro abaixo. A adoção dessas estimativas envolve à probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada através da produção de laudo interno, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação.

Principais Premissas:

Base para Determinação do Valor Recuperável	Valor em Uso: Fluxos de Caixa
Período das Projeções dos Fluxos de Caixa ⁽¹⁾	5 Anos
Taxa de Crescimento	3,8%
Taxa de Desconto ⁽²⁾	15,8%

⁽¹⁾ As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

⁽²⁾ A taxa de desconto é calculada anualmente com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). Em 31 de dezembro de 2019 a taxa de desconto antes de impostos é de 19,33%. Em 31 de dezembro de 2020 não foi identificada evidência objetiva de impairment.

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio

9. Impostos e Contribuições

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda	65.742	40.439
Contribuição Social	48.074	28.462
PIS e Cofins	2.356	2.334
Total	116.172	71.235

10. Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.k).

b) Provisões Judiciais - Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	393	350
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	29	28
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	12	-
Total	434	378

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2020		01/01 a 31/12/2019	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo Inicial	350	28	-	395
Constituição Líquida de Reversão	36	(1)	16	(60)
Atualização Monetária	7	2	-	15
Baixa por Pagamento	(36)	(2)	(4)	15
Saldo Final	393	29	12	350
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	-	-	-	-

⁽¹⁾ Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos às contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias e Trabalhistas

A Santander Capitalização é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações da Companhia com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

a) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista
São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme a situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cível Classificadas como Risco de Perda Possível
São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária e trabalhista reconhecidos, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2020, as ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram em R\$5.061 (31/12/2019 - R\$2.049), e não há valores de ações com classificação de perda possível de natureza trabalhista e cível.

11. Débitos de Operações com Capitalização

Referem-se, principalmente, ao acordo operacional com o Banco Santander, que tem por objeto o ratio de despesas com comercialização, operacionalização e premiação dos títulos cuja contrapartida no resultado é a conta outras despesas operacionais (Nota 15), registrados no passivo circulante

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

12. Depósitos de Terceiros

Registram as pendências sistêmicas e tratamento de parcelas.

O saldo da conta de depósitos de terceiros está abaixo distribuído:

	31/12/2020	31/12/2019
De 0 a 30 Dias	40	52
De 31 a 60 Dias	16	1
De 61 a 120 Dias	9	2
De 121 a 180 Dias	2	10
De 181 a 365 Dias	7	5
Superior a 365 Dias	231	247
Total	305	317

13. Provisões Técnicas

	Provisão Matemática para Resgates	Provisão para Sorteios	Total
Saldo Inicial em 31/12/2019	2.606.564	14.336	2.620.900
Constituição	2.658.312	67.049	2.725.361
Juros e Atualização Monetária (Nota 18)	171.766	15	171.781
Baixas	(1.565.432)	(67.427)	(1.632.859)
Saldo Final em 31/12/2020	3.871.210	13.973	3.885.183

	Provisão Matemática para Resgates	Provisão para Sorteios	Total
Saldo Inicial em 31/12/2018	1.859.500	14.647	1.874.147
Constituição	1.825.446	87.013	1.912.459
Juros e Atualização Monetária (Nota 18)	112.126	7	112.133
Baixas	(1.190.508)	(87.331)	(1.277.839)
Saldo Final em 31/12/2019	2.606.564	14.336	2.620.900

14. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é composto por 64.615 mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas de domicílio no país.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de março de 2020 foi aprovado o aumento de capital social sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização do excesso proveniente da conta Reserva para Equalização de Dividendos no valor de R\$85.149.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas da Santander Capitalização.

Dividendos e juros sobre o Capital Próprio Pagos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Reais por Ação Ordinária			
	Valor Bruto	IRRF	Valor Líquido	Valor Líquido do IR
2018				
Dividendos Intermediários ⁽¹⁾	18.850	-	18.850	0,291728
Juros sobre o Capital Próprio ⁽²⁾	13.800	2.040	11.560	0,210477
2019				
Dividendos ⁽³⁾	112.500	-	112.500	1,741082
Dividendos ⁽⁴⁾	16.500	-	16.500	0,255359
Juros sobre o Capital Próprio ⁽⁵⁾	5.000	750	4.250	0,077381
Total	166.450	2.790	163.660	
2020				
Dividendos ⁽⁶⁾	30.000	-	30.000	0,464288
Dividendos ⁽⁷⁾	71.000	-	71.000	1,098816
Dividendos ⁽⁸⁾	33.324	-	33.324	0,515732
Dividendos ⁽⁹⁾	160.000	-	160.000	2,476205
Total	294.324	-	294.324	

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2018, foram destacados dividendos mínimos obrigatórios sobre o resultado do exercício de 2018 pagos no 1º semestre de 2019.

⁽²⁾ Deliberados pela Diretoria Executiva em 6 de dezembro de 2018, com base no resultado do período de janeiro a dezembro de 2018, o pagamento foi efetuado em 18 de janeiro de 2019 e foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios do resultado do exercício de 2018.

⁽³⁾ Em 20 de abril de 2019, foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários com base na conta de reservas para equalização de dividendos, o pagamento foi imediato.

⁽⁴⁾ Deliberado na Reunião da Diretoria Executiva realizada em 26 de fevereiro de 2019, o excedente das reservas constituídas em 31 de dezembro de 2018, foi destinado ao pagamento de dividendos.

⁽⁵⁾ Em 26 de abril de 2019, foi aprovado a declaração e pagamento Juros sobre o Capital Próprio, relativos ao período de janeiro a março de 2019, com pagamento a partir de 6 de maio de 2019.

⁽⁶⁾ Em 19 de junho de 2020, foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários com base na conta de reservas para equalização de dividendos, o

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A fim de gerir adequadamente o capital, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são realizadas e baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica. Estas estimativas são utilizadas pela Santander Capitalização como referência para o plano de ações gerenciais necessários para atingir seus objetivos.

23. Outras Informações

Comitê de auditoria

A Santander Capitalização adotou a prerrogativa de aderir ao Comitê de Auditoria Único na instituição líder do Conglomerado Financeiro do Santander, nos termos do artigo 131 da Resolução CNSP 321/2015 e alterações posteriores. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado e publicado em conjunto

com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Efeitos da Pandemia - COVID-19

O Banco Santander (Controlador indireto da Santander Capitalização) monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19. O Banco mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas da COVID-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento.

O Governo Federal por meio do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos, redução de compulsório e aspectos relacionados a capital, tais como (a) medidas de facilitação das renegociações das operações de crédito sem que haja aumento dos provisionamentos, (b) redução dos requerimentos de capital, de forma a ampliar a capacidade de concessão de crédito do Sistema Financeiro e (c) redução das alíquotas do recolhimento compulsório, para melhorar as condições de liquidez.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR SUPERINTENDENTE

Vago

DIRETORES EXECUTIVOS

Amancio Acúrcio Gouveia

Marcio Giovannini

CONTADOR

Gilberto Cabelreira Alves - CRC nº PR040031/O-7

ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Ricardo da Silva Santana - MIBA 2397

DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO

Amancio Acúrcio Gouveia

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Santander Capitalização S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as demonstrações técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da **Santander Capitalização S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2020 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A responsabilidade da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Santander Capitalização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2021



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0